

EAD, E-LEARNING E M-LEARNING NO CONTEXTO DA CIBERCULTURA

DA, E-LEARNING AND M-LEARNING IN THE CONTEXT OF CIBERCULTURA

Eduardo Henrique de Matos Lima¹
José Manuel Emiliano Bidarra de Almeida²

Resumo:

A Educação, como base de sustentação e desenvolvimento da sociedade, necessita de constante aprimoramento para estar adequada a um novo contexto, em que surgem frequentemente novas tecnologias e um novo perfil de estudante que tem acesso a diversos recursos. As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (Tdics) estão sendo utilizadas na Educação, e é nesse contexto que a Educação a Distância (EaD) vem ganhando destaque. Embora a EaD tenha se iniciado por meio dos cursos por correspondência, outras ferramentas foram sendo apropriadas para que os cursos pudessem ser oferecidos contemplando novas tecnologias. Consideramos em nossa reflexão que tanto o e-learning como a m-learning são fenômenos da cibercultura por assumirem ou terem vinculados os princípios da cibercultura, que se apresenta como uma possibilidade de interpretação/compreensão do atual contexto, contribuindo para uma abordagem ou concepção acerca da Educação na contemporaneidade, com aspectos que possam ser favoráveis para adequações nesse cenário, impulsionando mudanças no âmbito educacional.

Palavras-chave: Educação a Distância. E-Learning. M-Learning. Cibercultura.

Abstract

Education, as a basis for sustaining and developing society, needs constant improvement in order to be appropriate to a new context, in which new technologies and a new profile of students that have access to diverse resources are often emerging. Digital Information and Communication Technologies (DICT) are being used in education, and it is in this context that Distance Education (DE) has been gaining prominence. Although DE was initiated through correspondence courses, other tools were appropriate for the courses to be offered contemplating new technologies. We consider in our reflection that both e-learning and m-learning are phenomena of cyberculture because they assume or have linked the principles of cyberculture, which presents itself as a possibility of interpretation/understanding of the current context, contributing to an approach or conception about of education in the contemporary world, with aspects that may be favorable to adjustments in this scenario, impelling changes in the educational scope.

Key words: Distance Education. E-Learning. M-Learning. Cyberculture.

1 Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil.

2 Universidade Aberta, Portugal.

EDUCAÇÃO/ENSINO A DISTÂNCIA – EAD

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (Tdics) – presentes e, de forma indiscutível, decisivas na contemporaneidade com seus componentes, elementos e recursos alteraram a visão do homem acerca de si mesmo, do mundo e dos mais diversos contextos, como a Economia, a Política, a Comunicação, a Gestão de Empresas e, como não poderia ser diferente, a Educação (SANTAELLA, 2013).

Na atualidade, não há como se falar em Educação sem tratar das tecnologias digitais, por sua relevância nos diversos aspectos, conjunturas, possibilidades e, em muitos casos, necessidades. As Tdics, e sobretudo o advento e a popularização da internet, tornaram a informação mais democrática (LEMOS, 2010), fazendo com que a escola não seja mais vista como o único (ou o principal) canal de conhecimento e formação para a sociedade. Por meio da democratização da informação e do Ensino/Educação nas plataformas virtuais/digitais, os sujeitos podem ter acesso a uma infinidade de conteúdos e possibilidades de aprendizagem.

As Tdics, se utilizadas de maneira adequada, podem contribuir consideravelmente para que a Educação atinja os fins para os quais é destinada. Nesse sentido, o profissional da Educação não pode negar ou marginalizar o uso de recursos tecnológicos no seu processo de ensino, deve procurar conhecer e se apropriar das possibilidades que oferecem na multiplicidade de aplicações que podem favorecer e impactar positivamente o seu exercício profissional. Ainda que o professor apresente um bom desempenho no uso pessoal das Tdics, precisa avançar quanto à sua competência na gestão pedagógica (SILVA et al., 2014).

No âmbito da Educação/Ensino a Distância (EaD)¹, a implementação das Tdics vem promovendo estratégias pedagógicas que privilegiam o desenvolvimento de competências e habilidades, da autonomia, da formação de comunidades de aprendizagem, das redes de convivência, características até então restritas (em muitos casos ainda necessárias) ao ambiente no qual se desenvolve o ensino convencional/tradicional (BEHAR, 2009).

A tecnologia digital possibilitou que a EaD se tornasse um dos pilares educacionais da contemporaneidade, em constante expansão. Os cursos na modalidade a distância ainda sofrem certo preconceito, especialmente no Brasil, muitas vezes da própria comunidade educacional, mas são reconhecidos como estratégias de possibilidades para a ampliação na formação acadêmica (MATTAR, 2013). A internet possibilitou que a EaD evoluísse de maneira significativa, contemplando uma série de benefícios e atingindo camadas da sociedade que não teriam acesso à Educação se não

fosse pelo desenvolvimento e evolução dos métodos de ensino não presenciais.

Existem várias ações decorrentes de políticas públicas que têm como objetivo mudar a realidade da Educação no Brasil, dentre elas está o desenvolvimento e a expansão da EaD. Esse tema merece atenção no atual contexto, tendo em vista o dinamismo e a globalização da informação, por representar grande potencial para contribuir com o desenvolvimento significativo nos aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos.

A Educação, como base de sustentação e desenvolvimento da sociedade, necessita de constante aprimoramento para estar adequada a um novo contexto, em que surgem frequentemente novas tecnologias e um novo perfil de estudante que tem acesso a diversos recursos. As Tdics estão sendo utilizadas na Educação, e é nesse contexto que a Educação a Distância vem ganhando destaque, com muitos adeptos, tanto estudantes como professores e tutores – assim como empresas e profissionais de várias áreas.

Apesar de já ser reconhecida e bastante desenvolvida em diversos países, no Brasil, a EaD só passou a ser reconhecida com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394, de 1996. O art. 80, que institui a EaD no Brasil, foi regulamentado pouco mais de um ano depois, pelo Decreto nº 2.494, de 1998. Tal decreto trazia em seu primeiro artigo o conceito de EaD, conforme segue.

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 1996)

A partir da LDB (em 1996), a Educação brasileira passou a experimentar uma série de modificações e alterações, concedendo mais flexibilidade e autonomia pedagógico-administrativo-financeira para as organizações e instituições educacionais elaborarem seus projetos pedagógicos. No entanto, de acordo com Simonato (2014), com a morosidade para a regulamentação completa da LDB, que teve início somente em 2005 com a promulgação do Decreto nº 5.622, concedendo condições de trabalho e de gestão para a implantação efetiva do modelo de Educação a Distância, iniciaram-se os planejamentos de longo prazo baseados na EaD em âmbito nacional. Ainda que a LDB regule efetivamente a admissibilidade do modelo educacional não presencial, constata-se a inexistência de mecanismos e de legislações de apoio que de fato fundamentem o funcionamento mais adequado da EaD em âmbito nacional (SIMONATO, 2014).

A EaD no Brasil teve início, assim como em diversos países, utilizando-se de plataformas com menor poder de massificação, como o ensino

¹ De acordo com Belloni (2009), EaD pode ser usado tanto para Educação a Distância quanto para Ensino a Distância.

por correspondência (Costa; Duran, 2012). Houve significativa evolução e mudança dos suportes/plataformas tecnológicas, principalmente em relação aos aparelhos de rádio e televisão, antenas parabólicas e fitas de vídeo, para os computadores e a internet. Segundo Costa e Duran (2012), em 1996 foi instituído o primeiro curso de graduação em EaD no Brasil pela Universidade Federal de Mato Grosso, o curso de Pedagogia, exclusivo para professores da rede pública daquele estado. A partir de então, sucederam-se outras iniciativas importantes para a institucionalização da EaD no Brasil.

[...], em dezembro de 2005, foi lançado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), sistema em forma de rede que articula instituições de ensino superior públicas, municípios e estados para a expansão e interiorização da oferta de cursos de ensino superior na modalidade a distância. Nascido como um programa da Secretaria de Educação a Distância (Seed/MEC), atualmente, o Sistema UAB está integrado institucionalmente na estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e corresponde à principal ação da Diretoria de Educação a Distância (DED). A característica distintiva do Sistema UAB é a de que o sistema é preponderantemente uma política pública de fomento ao ensino superior de caráter nacional, ainda que flexível à diversidade do País. (COSTA; DURAN, 2012, p. 266)

Em 19 de dezembro de 2005, o Decreto nº 5.622 regulamenta o art. 80 da LDB, que, conforme o art. 1º, caracteriza a Educação a Distância como modalidade educacional. Em 8 de junho de 2006, com o Decreto nº 5.800, a EaD se materializa no país como uma política de socialização do conhecimento. Tal decreto institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), voltado para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância, conforme seu art. 1º.

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior no País. (BRASIL, 2006)

Outras particularidades são descritas pelos artigos seguintes, que estabelecem o pacto entre a União e os entes federativos, as instituições públicas de Ensino Superior conveniadas com o sistema UAB ficam responsáveis por ofertar os cursos e programas de Educação Superior à Distância, sendo que os estados e municípios arcam com a disponibilidade e manutenção dos polos de apoio presencial.

Basicamente, o sistema UAB representa a

diversificação das instituições de Ensino Superior propostas pelos organismos internacionais e incorporadas no arsenal legislativo brasileiro. Para Batista (2015), pautado pela democratização do ensino, a Universidade Aberta do Brasil disponibiliza referenciais de qualidade e documentos reguladores com o intuito de determinar padrões de qualidade para o ensino na modalidade não presencial. Para o autor, são cinco os eixos que sustentam a Universidade Aberta, a saber:

- - Expansão pública da Educação Superior, considerando sempre os processos de democratização do ensino.
- - Aperfeiçoamento de processos de gestão das instituições brasileiras de Ensino Superior, fomentando sua expansão de acordo com propostas educacionais dos estados e municípios.
- - Avaliação da Educação Superior a Distância por intermédio da flexibilização e regulação disposta pelo MEC.
- - Estímulo à investigação no Ensino Superior a Distância no país.
- - Financiamento de processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em EaD.

A UAB desempenha um papel indispensável para a Educação Superior no país, com maior ênfase em sua atuação concentrada na exploração do potencial do Ensino a Distância, proporcionando uma alternativa para a ampliação e democratização do Ensino Superior no Brasil.

Na contemporaneidade, a graduação presencial ainda é muito valorizada em detrimento dos cursos do Ensino Superior oferecidos a distância, sendo essa uma construção cultural favorecida por décadas. Todavia, a Educação Superior a Distância vem ganhando mais notoriedade na atualidade, representando uma opção atraente para alunos que não têm acesso aos cursos oferecidos na modalidade presencial, por uma série de motivos (ALVES, 2011).

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EVENTOS HISTÓRICOS DA EAD

A tecnologia digital desempenha um papel fundamental tanto para o reconhecimento da EaD como modalidade válida e viável de ensino quanto para o funcionamento de um método educacional que visa superar as barreiras do tempo e/ou espaço em âmbito mundial. Embora a EaD seja mais associada aos cursos e disciplinas integrados no universo da internet, um longo período marcou a história do método educacional não presencial.

O surgimento da EaD pode ser remetido ao século XVIII, quando no ano de 1728 foi anunciado um curso pelo periódico informativo denominado *Gazeta de Boston*. Na ocasião, o professor Caleb Phillip propôs ensinamentos por meio do envio

do material por correspondência, com um método didático que proporcionava aos indivíduos estudar o conteúdo em suas próprias casas, sem a necessidade de frequentar uma instituição de ensino (PRETI, 2009). Entretanto, o surgimento da EaD, propriamente dita, por meio dos cursos por correspondência, passou a existir institucionalmente somente a partir do século XIX.

Os cursos por correspondência foram o ponto de partida para que fosse contemplada a EaD em sentido histórico. No Brasil, Schmitt et al. (2008) evidenciam que no século XX, especificamente no ano de 1904, essa modalidade teve início quando o *Jornal do Brasil* registrou na sua seção de classificados um anúncio oferecendo um curso profissionalizante para o cargo de datilógrafo. O curso também se deu por meio do envio de material por correspondência, objetivando a profissionalização a distância.

Embora a Educação a Distância em caráter histórico tenha se iniciado por meio dos cursos por correspondência, outras ferramentas foram sendo apropriadas para que os cursos pudessem ser oferecidos contemplando novas tecnologias, por exemplo o caso de ensino por meio do rádio.

Alves (2011) destaca que a EaD por meio do rádio, em âmbito nacional, ocorreu inicialmente 19 anos após o surgimento do primeiro curso por correspondência. Segundo o referido autor, a partir de 1923 a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro começou a oferecer lições e cursos de idiomas por via radiofônica (em especial português e francês), além de cursos de telefonia, radiografia e literatura francesa.

Ainda de acordo com Alves (2011), no século XX, o rádio assumiu um papel importante para o oferecimento de cursos a distância. Assim, surgiu em 1934 a Rádio Escola Municipal do Rio, por intermédio da qual os estudantes podiam ter acesso a determinados conteúdos de aula e anúncios escolares antes de entrar no ambiente escolar.

A Educação a distância foi conhecida por muito tempo como o processo educacional que ocorria sem a presença do professor, na qual todo o material instrucional era enviado por correio e que o aluno deveria realizar seus estudos de forma individual e autônoma, a partir do material recebido, geralmente impresso, que havia sido preparado especialmente para aquele curso, com o envio posterior, pelo aluno, de lições ou trabalhos por correspondência. Com o avanço tecnológico, novos meios de comunicação ampliaram o acesso à informação através de jornais, revistas, rádio, televisão, vídeo e, a Educação a Distância também passou a ser veiculada por estas outras tecnologias de comunicação e informação. Este tipo de curso sempre foi valorizado pelo fato do aluno ter flexibilidade do tempo (horários não convencionais de aula) e por ser realizado pelo aluno em qualquer

lugar que esteja o que exige, do aluno, disciplina e boas estratégias de estudo. (GARCIA; JÚNIOR, 2015, p. 210)

Dessa forma, é possível verificar que a concepção histórica envolvendo a EaD contempla o advento de novas vias tecnológicas que pudessem operar em um contexto que favorecesse o processo de aprendizagem e, conseqüentemente, a formação.

Nos anos de 1950 e 1960, a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil incentivava projetos das escolas radiofônicas. Já o primeiro curso em EaD oferecido pela televisão em âmbito nacional foi ao ar no ano de 1961, sendo transmitido pela TV Rio. Basicamente, tratava-se de um curso de alfabetização para adultos. Por meio do curso televisivo, eram apresentados os conceitos primordiais de alfabetização para a população adulta brasileira (ALVES, 2011).

No fim da década de 1960, teve início as Universidades Abertas (UAB) em vários países, sendo a primeira delas a Open University², na Inglaterra, que fazia uso de áudio e vídeo, além da correspondência e de orientações presenciais com equipes dos cursos. Já na década de 1970, além do lançamento do projeto Minerva, convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, para Educação de adultos utilizando o rádio, foi realizada a primeira experiência utilizando satélite para fins educacionais no Brasil e o início do telecurso, da Fundação Roberto Marinho, por meio de apostilas e a televisão. Em 1979, a Universidade de Brasília cria os primeiros cursos por meio de jornais e revistas (MAIA; MATTAR, 2007).

As teleconferências começam a ser utilizadas em meados dos anos de 1980, por meio de áudios, vídeos e computadores, com interações síncronas. Na década de 1990 e no início dos anos 2000, ocorreram eventos importantes para a expansão e a consolidação da EaD no Brasil, como o lançamento da TV Escola e o ProInfo, a concepção da Universidade Aberta de Brasília, a criação da Secretaria de Educação a Distância (Seed), culminando com a oficialização da Educação a Distância no Brasil, por meio da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394, em dezembro de 1996, e a criação da Universidade Aberta do Brasil, em 2005 (ALVES, 2011).

Mugnol (2009, p. 344) sintetiza a transição entre os primeiros cursos por correspondência, rádio e televisão desenvolvidos no Brasil em face do surgimento de ambientes virtuais de aprendizagem.

As primeiras iniciativas em Educação a Distância no Brasil se deram por meio de cursos por

² A Open University foi referência para a criação de universidades abertas em vários países. A Universidade Aberta de Portugal foi criada em 1988, a partir do Instituto Português de Ensino a distância, de 1979.

correspondência, o rádio e televisão foram usados como meios de apoio. Em meados dos anos 90, com a disseminação das tecnologias de informação e de comunicação, começam a surgir programas oficiais e formais de EaD incentivados pelas secretarias de educação municipais e estaduais, algumas iniciativas isoladas e outras em parceria com as universidades. Os primeiros programas formais, criados sob a ótica da regulamentação da década de 90, eram voltados para a Formação Continuada de Professores da Rede Pública. [...] As iniciativas de oferta de cursos Lato Sensu, cursos de extensão e cursos livres marcam o início da educação em ambientes virtuais de aprendizagem no Brasil.

Para Moore e Kearsley (2013), vivemos a quinta geração da EaD, com aulas virtuais com o uso de computadores e da internet. Assim, a EaD passou a figurar por meio de novos recursos tecnológicos no oferecimento de cursos importantes para a população. Embora ainda esteja em desenvolvimento, com proposições de métodos que considerem as especificidades e características necessárias para a modalidade, vem alcançando, em grande parte, um dos fins pelos quais fora concebida: em seus próprios lares, os indivíduos podem aprender por livre e espontânea vontade, sem a necessidade de estar fisicamente e temporalmente no mesmo espaço do professor.

A Educação a Distância passou por um intenso processo de incertezas e desconfiança durante toda a sua história, conforme apontado anteriormente. Ainda na atualidade, por vezes, é vista com as mesmas desconfianças que marcaram toda a sua trajetória. O fato é que diante do surgimento e do desenvolvimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, a EaD tornou-se cada vez mais dinâmica, passando a ocupar um lugar de destaque no contexto educacional da contemporaneidade (MOORE; KEARSLEY, 2013).

E-LEARNING E M-LEARNING COMO FENÔMENOS DA CIBERCULTURA

Conforme apresentado, a internet marcou um período de transição para os cursos na modalidade não presencial, os quais anteriormente só eram oferecidos por intermédio de cursos por correspondência ou por meio de instrumentos tecnológicos menos dinâmicos, como o rádio e a televisão. A internet emancipou os cursos de EaD, trazendo-lhes mais possibilidades no processo de ensino e aprendizagem (MOORE; KEARSLEY, 2013).

A internet permitiu que a EaD evoluísse de maneira significativa, contemplando uma série de benefícios e atingindo camadas da sociedade que não teriam acesso à Educação se não fosse pelo desenvolvimento e evolução dos métodos de ensino não presenciais.

Segundo Moore e Kearsley (2013), o e-learning (ou ensino on-line) é caracterizado pelo ensino eletrônico, correspondendo à prática mais comum de ensino não presencial apoiado em tecnologias da contemporaneidade, fazendo uso das possibilidades advindas da internet para a investigação, a abordagem e a aprendizagem de conteúdos. Por meio desse processo, os professores dos cursos em EaD dispõem de conteúdos disponibilizados aos alunos por intermédio da internet, podendo haver ou não sessões presenciais.

De acordo com Dias et al. (2015), são diversos os significados acerca do e-learning, mas, de modo geral, tais significados abrangem a utilização de tecnologias digitais e da internet. Para os autores, tal formato de ensino aumenta a potencialidade de difusão de conhecimento e de informação para os alunos e tornou-se uma forma de democratizar o saber para todas as camadas da população, com a apropriação da internet e das novas tecnologias, permitindo que os conhecimentos possam ser aprofundados em qualquer local e momento.

O e-learning, entretanto, ainda que não seja um conceito novo no processo de ensino e aprendizagem, passou a ser popular a partir do século XXI, sendo utilizado como um recurso que visa não somente ao desenvolvimento do saber e do conhecimento, por parte de estudantes que frequentam os cursos de EaD, como também para a capacitação de colaboradores das organizações, auxiliando na transmissão de informações e conteúdos nas empresas (BERNARDO-ROCHA; ARATA, 2003). Essa concepção é fundamental para que seja compreendida a abrangência dos processos de aprendizagem por meio da internet.

Com as novas exigências educativas, diante do cenário informacional e tecnológico, o e-learning apresenta-se como um modelo de Ensino a Distância com significativa relevância, como suporte de informação e comunicação com possibilidades efetivas ao acesso, desenvolvimento e disponibilização de conteúdos e estratégias em processos de ensino e aprendizagem.

A EaD, tendo como suporte as Tdics, representa uma proposta de sistema educativo com ampla diversidade de recursos que contribui e favorece para a flexibilidade e a autonomia em práticas de interação educacional, independentemente de condições espaço-temporal.

O e-learning, em sua forma diversificada de aprendizagem via internet por meio das Tdics, surge como uma importante perspectiva para a EaD, um estágio para mudanças ainda mais representativas na práxis educativa, com um conjunto de funcionalidades que abre oportunidades para mediar e organizar conteúdos e propostas de trabalhos voltados para a construção do conhecimento (INOCÊNCIO, 2012).

Com os novos dispositivos digitais e a possibilidade da mobilidade, o e-learning passa a ter outros desafios para continuar expandindo e agre-

gando novos recursos nos processos de ensino e aprendizagem, a busca por mais inovação, com perspectivas de abrangência e evolução.

A partir de proposições que considerem os pressupostos de aprendizagem móvel em EaD, da organização, desenvolvimento e disponibilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) configurados em ambientes e dispositivos móveis (WEBER; SANTOS, 2013; RIBEIRO et al., 2013), é possível destacar conteúdos, aspectos e questões relacionadas ao desenvolvimento e utilização de recursos/artefatos móveis que possam contribuir com o processo de ensino e aprendizagem. Mais precisamente a utilização de e-books interativos e multimídia na abordagem de conteúdos em cursos e-learning, sobre como a abordagem de conteúdos pode ser potencializada com a mobilidade e a flexibilidade utilizando e-books interativos e multimídia.

Esses artefatos podem representar recursos que fazem parte do material didático a ser utilizado em cursos na modalidade a distância, uma possibilidade de disponibilização do conteúdo que será abordada no curso com uma aplicação que, além de agregar os conceitos de gamificação e de interatividade, permitirá a mobilidade (AGUIAR; JOYE, 2013).

Diante das possibilidades de uma estrutura de mobilidade, a aprendizagem móvel, ou mobile learning (m-learning), faz referência ao uso dos dispositivos digitais móveis e portáteis em atividades de ensino e aprendizagem. De acordo com Weber e Santos (2013), não existe consenso sobre o conceito de aprendizagem móvel, mas assumimos neste estudo a caracterização da m-learning como forma de promoção de maior controle e autonomia sobre a própria aprendizagem, a aprendizagem em contexto, a continuidade e conectividade, além da espontaneidade e oportunidade (SACCOL; SCHLEMMER; BARBOSA, 2011).

No atual cenário, podemos constatar a ampliação e a flexibilização tanto do acesso quanto da utilização de dispositivos digitais móveis para diversas finalidades. Em relação à Educação, os aspectos técnicos devem ser amparados e fundamentados em concepções epistemológicas que permitam compreender as reais condições e precisões de apropriação com finalidades pedagógicas.

Conforme resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2014, a utilização de telefones celulares e smartphones para acessar a internet ultrapassou o uso dos computadores. Mais da metade dos 64 milhões de residências no Brasil tiveram acesso à internet por meio dos dispositivos móveis. Os smartphones são os preferidos para 81% das pessoas para navegar na internet.

Esse quadro é fruto da popularização desses equipamentos, tanto em relação à variedade dos modelos e dos valores como pela facilidade e possibilidades no uso. Entendemos que isso faz

parte do processo de reconfiguração fundamental no acesso à informação e nas perspectivas de mais participação das pessoas na sociedade, de inserção na cibercultura (LEMOS, 2010).

Nesse contexto, a m-learning apresenta-se como uma alternativa aos espaços formais e padrões de ensino, sendo capaz de particularizar o ensino. Trazendo as tecnologias digitais móveis como fornecedoras de um espaço dinâmico, o m-learning permite a disponibilização de conteúdos em diversas formas e formatos, como: vídeos, textos, imagens, esquemas, apresentações, jogos, etc., sobre infinitos assuntos e de acesso rápido. Permite ainda que o estudante escolha o que deseja aprender com mais autonomia em seu processo de aprendizagem, ampliando possibilidades em práticas voltadas para a construção do conhecimento (SACCOL; SCHLEMMER; BARBOSA, 2011).

Entendemos que o e-learning representa um avanço quanto ao uso das Tdics na Educação, com grande potencial e perspectivas de expansão, mas que se encontra em um estágio ainda em desenvolvimento no Brasil (WEBER; SANTOS, 2013). Nesse sentido, considerando a facilidade de acesso crescente em termos de recursos e utilização de dispositivos digitais, as inovações que podem ser promovidas por meio da mobilidade concebem novas abrangências para o e-learning, expandindo seu potencial e abrindo novas perspectivas nesse cenário de extensão e consolidação.

Consideramos em nossa reflexão que tanto o e-learning como a m-learning são fenômenos da cibercultura por assumirem ou terem vinculados os princípios da desta, que se apresenta como uma possibilidade de interpretação/compreensão do atual contexto, contribuindo para uma abordagem ou concepção acerca da Educação na contemporaneidade, com aspectos que possam ser favoráveis (e/ou pertinentes) para adequações nesse cenário, impulsionando mudanças no âmbito educacional (SANTAELLA, 2013).

O uso de dispositivos digitais móveis, em propostas de m-learning, pode servir como suporte para maximizar experiências de aprendizagem tanto em cursos e-learning como presenciais. No entanto, o conceito de mobilidade em relação à aprendizagem não pode ser compreendido como somente mobilidade física, mas também tecnológica, conceitual, sociointeracional e temporal, com suas apropriações, vantagens, desvantagens, condições e pertinências (SACCOL; SCHLEMMER; BARBOSA, 2011).

A utilização de propostas fundamentadas em m-learning é uma tendência no atual contexto educacional, conforme é possível constatar em diversos estudos e eventos voltados sobre a temática, como nos trabalhos apresentados no 2º Encontro sobre Jogos e Mobile Learning, realizado em maio de 2014 na Universidade de Coimbra/Portugal³.

3 Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/25740>>.

Sobre a utilização de dispositivos/plataformas móveis na Educação, a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (Unesco) publicou um guia⁴ em 2013 recomendando e incentivando a adoção de materiais e recursos pedagógicos por meio de tablets e smartphones. O documento destaca que o mundo está cada vez mais dependente de conectividade e de acesso à informação, que as tecnologias móveis, em franco processo de crescimento, não podem ser desprezadas como recurso educacional. Ou seja, a Educação precisa ser repensada a partir dos avanços das tecnologias digitais, precisa ser inserida na cibercultura, explorar de forma adequada e contextualizada as possibilidades da mobilidade, da conectividade e da interatividade da cultural digital.

Governos, instituições e organizações estão propondo mudanças em relação à utilização dos materiais didáticos, dos livros e apostilas. Estão surgindo diversas propostas de substituição, em alguns casos, do material impresso pelas plataformas digitais – ver, por exemplo, o programa Smart Education⁵, da Coreia do Sul; Projeto Manuais Escolares Eletrônicos: um tablet por aluno⁶, do Ministério e Ciências de Portugal; Projeto Educação Digital⁷, do Governo Brasileiro; Tablets for Schools⁸, no Reino Unido.

Presenciamos uma evolução das formas e modelos de aprendizagem, sendo que cada um apresenta potencialidades e limitações próprias. Não existe necessariamente substituições, mas complementaridade, os modelos se interpenetram, viabilizando processos educativos mais ricos. Precisamos lidar com os desafios provenientes dessa circunstância de reconfiguração, com planejamento adequado no uso dos dispositivos móveis, visando complementar e acrescentar valor aos mecanismos e dinâmicas existentes e possíveis em cada contexto. A aprendizagem ubíqua é uma nova etapa, sem substituição, mas ampliando o grau de complexidade e de possibilidades nas propostas de Educação, exigindo preparação e aprimoramento nas práticas de ensinar e aprender (SANTAELLA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário repensar o contexto educacional com a integração da dinâmica comunicacional da cibercultura, promovendo práticas que considerem a mobilidade, a conectividade e a autoria. O

4 Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002196/219641E.pdf>>.

5 Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/SmartEducationInKorea.pdf>>.

6 Disponível em: <<http://www.aecuba.pt/Documents/ProjetoManualDigital.pdf>>.

7 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17479>.

8 Disponível em: <<http://www.tabletsforschools.org.uk/what-is-tablets-for-schools/>>.

desafio se estende para a Educação de uma forma geral, para as autoridades que atuam na gestão dos sistemas de ensino, assim como para os envolvidos direta e indiretamente com propostas de formação. Ensinar e aprender com as Tdics não muda as responsabilidades do professor, assim como não muda os objetivos dos programas educacionais. São recursos para contribuir com a qualidade nas propostas de ensino e aprendizagem. Ao desenvolver seu trabalho, o professor deve saber avaliar as melhores alternativas e selecionar os recursos mais apropriados. As novas e antigas tecnologias não garantem a aprendizagem como se acreditava e se esperava nos anos de 1950 de 1960. Mas não podemos ter uma postura de negação ou de aversão às tecnologias digitais, principalmente em um ambiente eminentemente voltado para a formação e a qualificação humana e profissional.

Em abordagens acerca da EaD, destacamos como a tecnologia digital a tornou um dos pilares educacionais da contemporaneidade, em constante expansão. A internet possibilitou que a EaD evoluísse significativamente com o surgimento e o desenvolvimento das Tdics, tornando-se cada vez mais dinâmica, passando a ocupar um lugar de destaque no contexto educacional. O e-learning é uma possibilidade de reconfiguração do ensino convencional, uma tendência com grande potencialidade de alcance.

Com os avanços e possibilidades de utilização das Tdics, a EaD cresce quantitativamente, diversifica nos formatos, nas abordagens e no desenvolvimento metodológico. Acreditamos que a utilização da interatividade e a diversificação nas mídias, disponibilizadas em recursos pedagógicos digitais, podem contribuir para mudanças ainda mais significativas em proposições e possibilidades na Educação. As experiências efetivadas pela interatividade e diversidade midiática, com suporte dos dispositivos digitais móveis relacionados diretamente à m-learning, além de serem coerentes com o atual contexto, ampliam o envolvimento e o engajamento do estudante.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G.; JOYE, C. Da webaula ao e-book interativo: evolução do material didático dos cursos a distância no IFCE. III Colóquio Luso-Brasileiro de Educação a Distância e E-learning. Lisboa. Disponível em: <<http://lead.uab.pt/?p=2790>>. Acesso em: 18 maio 2014..

ALVES, L. Educação a Distância: conceitos e História no Brasil e no mundo. RBAAD. 2011.

BELLONI, M. L. Educação a Distância. 5. ed. Campinas: Autores Associados. 2009.

BERNARDO-ROCHA, E. E. R; ARATA, R. N. E-learning – O desenvolvimento do aprendizado eletrônico para treinamento interno: uma proposta para uma instituição de ensino profissionalizante. Egepe – Encontro de Empreendedorismo e Gestão

de Pequenas Empresas. 3, 2003, Brasília. Anais... Brasília, UEM/Uel/UnB. 2003.

BRASIL. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em: 1º ago. 2016.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.. Acesso em: 1º ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2016.

DIAS, P. et al. Educação a Distância e e-learning no Ensino Superior. Universidade Aberta, Lisboa. 2015.

GARCIA, V. L.; JUNIOR, P. M. C. Educação a Distância (EAD), conceitos e conceitos e reflexões. Simpósio: Tópicos avançados para a formação e o desenvolvimento docente para professores dos cursos da área da saúde. Ribeirão Preto. 2015.

INOCÊNCIO, M. O e-learning: uma prática pedagógica desafiadora na Uni-CV. Educação, Formação & Tecnologias, p. 33-46, 2012. Disponível em: <<http://eft.educ.com.pt>>.

LEMOS, A. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, A.; CUNHA, P. Olhares sobre a cibercultura. Porto Alegre: Sulinas. 2003.

LEMOS, A.; LÉVY, P. O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

MAIA, C.; MATTAR, J. ABC da EaD: Educação a Distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.

MATTAR, J. Web 2.0 e redes sociais na Educação. São Paulo: Artesanato Educacional. 2013.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância – Uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning. 2011.

MUGNOL, M. A Educação a Distância no Brasil: conceitos e fundamentos. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009.

RIBEIRO, S. R. O.; VILAÇA, M. L. C. E-book: tecnologia, Educação e leitura. Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, v. XVII, n. 6, 2013.

SANTAELLA, L. Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na Educação. São Paulo: Paulus. 2013.

SIMONATO, E. B. Uma revisão sobre a legislação que regulamenta o Ensino a Distância (EaD) no Brasil e a influência desta na gestão e planejamento do EaD. Educ. a Distância, Batatais, v. 4, n. 1, p. 143-172, 2014.

SCHMITT, V.; MACEDO, C. M. S.; UL-

BRICHT, V. R. A divulgação de cursos na modalidade a distância: uma análise da literatura e do atual cenário brasileiro. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, Rio de Janeiro, v. 7, 2008.

SACCOL, A., SCHLEMMER, E.; BARBOSA, J. M-learning e u-learning: novas perspectivas da aprendizagem móvel e ubíqua. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2011.

WEBER, A; SANTOS, E. Educação on-line em tempos de mobilidade e aprendizagem ubíqua: desafios para as práticas pedagógicas na cibercultura. Revista EDaPECi, São Cristóvão (SE), v. 13. n. 2, p. 168-183, 2013.

Submetido em: 27 de abril de 2019

Aceito em: 13 de maio de 2019